

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a formação dos valores das tarifas de energia elétrica no Brasil, a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) na autorização dos reajustes e reposicionamentos tarifários a título de reequilíbrio econômico-financeiro e esclarecer os motivos pelos quais a tarifa média de energia elétrica no Brasil ser maior do que em nações do chamado G7, grupo dos 7 países mais desenvolvidos do mundo. – CPITAELE

REQUERIMENTO nº de 2009
(Do Sr. Cleber Verde)

Requer a realização de Audiência Pública no Estado do Maranhão, para pedir esclarecimentos à CEMAR (Companhia Energética do Maranhão) referente os valores cobrados dos consumidores maranhenses, que são os mais altos do país.

Senhor Presidente,

Requeiro de Vossa Excelência, nos termos regimentais, que ouvido o Plenário desta CPI, seja realizada **Audiência Pública** no Estado do Maranhão, com a presença de Membros da CPI da Energia Elétrica da Câmara Federal, com o Presidente da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, Sr. Carlos Augusto Leoni Piani (presidencia@cemar-ma.com.br), representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Promotoria de Defesa do Consumidor de São Luis, Secretaria de Estado de Direitos Humanos – SDHC, órgãos de Defesa do Consumidor e PROCON.

A razão do presente requerimento, é que, além das reclamações dos consumidores, os jornais de grande circulação no Estado do Maranhão tem divulgado com frequência a real situação dos consumidores maranhenses, que sofrem com os abusos de constantes aumentos de tarifa de energia, que já se mostra a mais alta do país. (Fonte: <http://imirante.globo.com/noticias/pagina210438.shtml> -13/08/2009 - 07h17 Cemar terá que explicar por que cobra a tarifa mais cara do país).

Conforme notícia veiculada em 13 de agosto de 2009, o **consumidor maranhense paga a tarifa de energia elétrica residencial mais alta do país**. Por esta razão, com base em dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Secretaria do Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SDHC) e órgãos de defesa do consumidor (Procon e Promotoria de Defesa do Consumidor) convocarão a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) para explicar os valores cobrados dos consumidores maranhenses. A convocação ocorrerá às vésperas de um novo reajuste de 4,99% na conta de energia, já anunciado em audiência pública, no fim do mês passado, que deverá entrar em vigor no próximo dia 28.

Em entrevista a O Estado, o secretário adjunto Oduvaldo Cruz frisou que, das 64 distribuidoras instaladas no país, a tarifa da Cemar é 72% maior do que a Companhia Energética de Brasília (CEB), que tem o maior PIB per capita do país e onde a energia é a mais barata (o preço menor é no

Amapá por razões atípicas, pois a Aneel não autoriza reajustes da distribuidora por ela estar inadimplente com geradoras).

Segundo Oduvaldo Cruz, o paradoxo ocorre nas regiões mais pobres do país, onde as tarifas são mais altas, enquanto as mais baixas são cobradas em áreas mais ricas do país. “Precisamos rever esses valores cobrados. Afinal, o consumidor de energia elétrica, que recebe um salário mínimo, por exemplo, gasta mais de 40% do seu orçamento com energia elétrica”, destacou Oduvaldo Cruz.

Ainda na comparação da Aneel, a tarifa do Maranhão é 43% maior que a da Eletropaulo, maior distribuidora do país, que serve no Estado de São Paulo. Ainda na lista das mais altas tarifas estão as distribuidoras de Rondônia, interior de Minas Gerais, Piauí e Tocantins, locais onde a população tem renda per capita menor que a de São Paulo, por exemplo.

A direção da Aneel concorda que é preciso reduzir a assimetria e até distorções de preços existentes entre as várias concessionárias, já que atualmente há tarifas no Nordeste que chegam a ser o dobro das cobradas no Sudeste.

Porém, uma justificativa da direção da própria agência para essa diferença é de que existem regiões onde o desequilíbrio decorre das próprias características do mercado da distribuidora. As concessionárias em regiões mais ricas têm mais consumidores concentrados num espaço menor. Ou seja, uma rede menor atende a um número maior de usuários, o que reduz os investimentos. É o caso da Eletropaulo, por exemplo. Já nas áreas mais pobres, a densidade de consumidores é baixa e os custos para manter a rede são os mesmos. Neste perfil, segundo a Aneel, está a Cemar.

O aumento médio a ser pago pelos usuários de energia elétrica no Maranhão, segundo a Cemar, será diferenciado por classe de consumo. O consumidor de baixa tensão terá um aumento de 5,89%.

Na subclasse A1, o valor preliminar do reajuste para os consumidores é de 4,4%; para a subclasse A3, de 2,43%. Já para as classes

A3a e A4 serão de -22,83% e -2,06%, respectivamente. Os índices entrarão em vigor dia 28 deste mês.

Em nota enviada a O Estado, a Cemar informou que a tarifa de energia elétrica é definida pela Aneel, órgão regulador do setor elétrico brasileiro, e que a empresa apenas cumpre o valor determinado pela agência. (grifos e destaques nossos).

A Folha de São Paulo relatou em edição de 19 de julho de 23009 que ***“com a 2ª pior renda per capita do país, Maranhão tem o maior custo; em Brasília, que lidera em rendimentos, conta é mais barata. Aneel, que regula as tarifas, afirma que diferença não é “tolerável” e afeta até o poder de atração de novos investimentos nos Estados. Um paradoxo rege o modelo brasileiro de tarifas de energia elétrica: enquanto as mais baixas taxas são cobradas em áreas mais ricas, as regiões mais pobres convivem com os maiores preços do serviço. O Maranhão, por exemplo, tem a segunda menor renda per capita do Brasil, mas sua população paga a maior tarifa de energia dentre as 64 distribuidoras instaladas no país. A tarifa da Cemar, distribuidora local, é 72% maior do que a da CEB em Brasília, que tem o maior PIB per capita do país e onde a energia é a mais barata (o preço só é menor no Amapá por razões atípicas, pois a Aneel não autoriza reajustes da distribuidora porque ela está inadimplente com geradoras). Na comparação com os consumidores residenciais da Eletropaulo, maior distribuidora do país, a tarifa no Maranhão é 43% mais cara. Todas essas concessionárias figuram entre as com menores tarifas do país. Os cálculos foram feitos com base em dados da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e consideram a tarifa básica, ou seja, apenas o custo da energia. Não estão embutidos encargos (como a taxa de iluminação pública de alguns Estados) e o ICMS, diferenciado em cada Estado -que pode variar de 12% a 30%, dependendo do Estado e da faixa de consumo de energia. Em alguns Estados, a baixa renda é isenta do tributo. Ainda na lista das mais altas tarifas estão distribuidoras de Rondônia, interior de Minas Gerais, Piauí e Tocantins - todos com renda per capita menor. Também está a Ampla, que abastece parte da região metropolitana e o interior do Rio e tem grandes perdas de energia. A própria Aneel, que regula as tarifas, mostra-se preocupada com a discrepância do custo entre as distribuidoras. Segundo o diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, é preciso reduzir a “assimetria” de preço entre as várias concessionárias. Não é “tolerável”, avalia, o consumidor de alta renda de Brasília pagar o menor valor do país, enquanto o do Maranhão, mais pobre, paga mais. Tal realidade, afirma, retira até mesmo o poder de atração de investimentos a Estados de menor renda -já que a disparidade persiste*”**

também no custo da energia para as indústrias. Em vista disso, o governo estuda mudanças, como subsídios e novas regras de concessão, para reduzir a diferença. O desequilíbrio decorre das próprias características do mercado de cada distribuidora. As concessionárias em regiões mais ricas têm mais consumidores concentrados num espaço menor. Ou seja, uma rede menor atende a um número maior de usuários, o que reduz os investimentos. É o caso da Eletropaulo, por exemplo. Já nas áreas mais pobres, a densidade de consumidores é baixa e os custos para manter a rede são os mesmos. Nesse perfil, está a Cemar (Maranhão). "É um problema da economia da escala. Uma rede do mesmo tamanho numa área pobre atende menos pessoas e com consumo mais baixo. Isso onera a tarifa", diz o professor Nivalde de Castro, do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio. Para corrigir esse problema, diz Hubner, uma das ideias é ampliar o subsídio dos consumidores de regiões mais carentes e reduzir o incentivo à baixa renda em áreas com maior renda, onde a tarifa já é mais baixa. Ele citou o caso da Eletropaulo. Famílias com consumo de até 100 kWh já têm desconto progressivo de 40% a 65% na conta de luz. O benefício é suportado pela CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), encargo cobrado de todos os consumidores, com orçamento de R\$ 2,8 bilhões neste ano."

Em razão dos dados veiculados em jornais, e das inúmeras queixas dos cidadãos maranhenses, faz-se necessária nesta CPI, a investigação dos dados divulgados e da real necessidade de cobrança de valores tão elevados, tendo em vista que a população não dispõe de recursos financeiros que comportem tamanha tarifa, e constantes aumentos.

Contamos com o apoio dos nobres colegas para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 2009.

Deputado CLEBER VERDE

Líder PRB-MA